

A natureza teórico-epistemológica das publicações brasileiras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**The theoretical-epistemological nature of Brazilian publications in the Food Acquisition Program (PAA)**

DOI:10.34117/bjdv6n3-033

Recebimento dos originais: 29/02/2020

Aceitação para publicação: 03 /03 /2020

Rafael Junior dos Santos Figueiredo Salgado

Formação acadêmica mais alta: Doutorando em Administração

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Endereço: Av. Sen. Salgado Filho, 3000, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59078-970, Campus Universitário Central, OASIS

E-mail: rafa.salgad@gmail.com

Washington José de Souza

Formação acadêmica mais alta: Doutor em Educação

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Endereço: Av. Sen. Salgado Filho, 3000, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59078-970, Campus Universitário Central, OASIS

E-mail: wsufrn@gmail.com

Marco Aurélio Marques Ferreira

Formação acadêmica mais alta: Doutor em Economia Aplicada

Instituição: Universidade Federal de Viçosa

Endereço: Av. Peter Henry Rofs s/n - Campus Universitário CEP: 36570 000 - Viçosa/MG

E-mail: marcoufv1@gmail.com

Luana Ferreira dos Santos

Formação acadêmica mais alta: Doutorando em Administração

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Endereço: Av. Sen. Salgado Filho, 3000, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59078-970, Campus Universitário Central, OASIS

E-mail: luana.f.s.adm@gmail.com

RESUMO

O presente estudo trata da natureza teórico-epistemológica dos artigos desenvolvidos acerca do Programa de Aquisição de Alimentos na área de Administração e por outras áreas das Ciências Sociais Aplicadas. Utilizou-se como modelos teóricos analíticos os paradigmas

de Burrell e Morgan (1979) e o modelo do ciclo de políticas públicas (*policy cycle*). Para tanto, realizou-se um estudo de revisão sistemática de natureza quati-qualitativa com 33 artigos encontrados nas bases de dados *WebQualis* e *Google Acadêmico* e nas bibliotecas eletrônicas *SciELO* e na *SPELL*, com o intuito de pesquisar todos os artigos publicados entre 2003 e 2017. Optou-se pelas seguintes categorias analíticas: (i) modalidades do Programa; (ii) etapas do ciclo de políticas públicas; (iii) base epistemológica. De modo a corroborar as categorias analíticas previamente escolhidas e apontar outras vertentes de análise, o conteúdo textual oriundo dos resumos foi submetido à análise textual lexicográfica, com auxílio do *software* *IRAMUTEQ*, acrescentando as categorias (iv) perfil da publicação e (v) temática. Pôde-se concluir que apesar das pesquisas acerca do PAA possuírem uma visão mais pluralista, na área de Administração ainda há a predominância do paradigma funcionalista. Conclui-se, também, que há um amplo espaço de trabalho a respeito do Programa, especialmente nas áreas de Administração e Economia. Constatou-se a predominância de estudos de cunho avaliativo sobre o PAA em abrangência subnacional, indicando carência de estudos que analisem a agenda, o processo de elaboração e implementação do Programa em âmbito nacional. Predominam análises de desempenhos da modalidade Compra com Doação Simultânea, revelando escassez de estudos nas modalidades Compra Institucional e PAA Leite. Conclui-se que os dados do presente trabalho evidenciam informações que permitem oferecer direcionamento para pesquisadores da temática, uma vez que contribui para o estado da arte sobre a política pública, fornecendo subsídios para novos estudos e aprofundamentos em aspectos que ainda podem ser explorados na academia.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos; Ciclo Político; Base Epistemológica; Administração; Agricultura Familiar.

ABSTRACT

The present study deals with the theoretical-epistemological nature of the articles on developments in the Food Acquisition Program in Administration and other areas of Applied Social Sciences. The analytical theoretical models used were the Burrell and Morgan (1979) paradigms and the policy cycle model. To this end, a systematic qualitative review was conducted with 33 articles found in the *WebQualis* and *Google Scholar* databases and the electronic libraries *SciELO* and *SPELL*, to search all articles published between 2003 and 2017. The following analytical categories were chosen: (i) modalities of the Program; (ii) stages of the public policy cycle; (iii) epistemological basis. To corroborate the previously chosen analytical categories and to point out other strands of analysis, the textual content from the abstracts was submitted to lexicographic textual analysis, with the aid of *IRAMUTEQ* software, adding the categories (iv) publication profile and (v) thematic. It can be concluded that although research on PAA has a more pluralistic view, in the area of Administration there is still a predominance of the functionalist paradigm. It is also concluded that there is a large working space regarding the Program, especially in the Administration and Economics areas. There was a predominance of evaluative studies on the PAA in subnational scope, indicating the lack of studies that analyze the agenda, the process of elaboration and implementation of the Program at the national level. Performance analyzes of the Purchase with Simultaneous Donation mode predominate, revealing the scarcity of studies in the Institutional Purchase and PAA Milk modalities. It is concluded that the data of the present work show information that allows offering guidance to researchers of the theme, since it contributes to the state of the art

on public policy, providing subsidies for further studies and deepening in aspects that can still be explored in academia.

Keywords: Food Acquisition Program; Political cycle; Epistemological basis; Administration; Family farming.

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Aquisição de Alimentos se apresenta como uma estratégia inovadora de promoção da segurança alimentar e nutricional e de fortalecimento da agricultura familiar. O Programa permite a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar, sem a necessidade de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, pela rede pública e filantrópica de ensino e por demais órgãos dos governos federal, estadual e municipal que comprem gêneros alimentícios.

Criado pela Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, a estratégia do PAA pode ser considerada iniciativa inovadora e recente na história do País (DIAS et al., 2013), uma vez que inovou ao articular iniciativas de política agrícola com ações de segurança alimentar e nutricional (SAN) da população, permitindo a emergência e fortalecimento dos mercados institucionais da agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Promover o acesso à alimentação para a população vulnerável, comprando alimentos da agricultura familiar era algo até então inexistente em todo o mundo, pois as iniciativas existentes eram projetos pilotos, desarticulados e sem escala (CAMPOS; BIANCHINI, 2014). Antes do PAA, houve apenas iniciativas isoladas de compra de produtos da agricultura familiar por meio dos mercados institucionais, principalmente para alimentação escolar (CARVALHO, 2009; SCHIMITT; GUIMARÃES, 2008).

A escolha da literatura justifica-se pela importância do Programa de Aquisição de Alimentos como política pública de fortalecimento da agricultura familiar e combate à insegurança alimentar e nutricional, bem como, pela escassez de revisão de literatura no tema. Este artigo tem como objetivo geral analisar, sob enfoque teórico-epistemológico, a produção acadêmica a respeito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar na área de Administração e em outras áreas das Ciências Sociais Aplicadas. Para tanto, considerou-se pertinente a seguinte questão de pesquisa: sob qual enfoque teórico-

epistemológico tem se pautado as pesquisas que abordam o Programa de Aquisição de Alimentos?

Como forma de auxiliar na composição do panorama da produção científica pretendida e responder ao questionamento citado, utilizou-se como modelos teóricos analíticos delineadores os paradigmas de Burrell e Morgan (1979) e o modelo do ciclo de políticas públicas (*policy cycle*).

O debate a respeito das diferenças epistemológicas na pesquisa em ciências sociais remonta ao clássico artigo de Burrell e Morgan (1979), que influenciou largamente as pesquisas em administração, a partir dos anos 1980 (CALDAS; BARTERO, 2007). Burrell e Morgan (1979) propuseram um modelo para agrupar as fundações teóricas das pesquisas, a partir de características e escolhas teórico-metodológicas. O modelo agrupa as teorias em quatro paradigmas principais – humanismo radical, estruturalismo radical, interpretativo e funcionalismo.

Dentre os quatro paradigmas, o funcionalismo – marcado pelo objetivismo e por sua sociologia focada na regulação – tem constituído por muitas décadas como paradigma dominante na pesquisa científica da administração. Ele tem expandido devido, principalmente, à representatividade institucional do *mainstream* norte-americano, inclusive no Brasil, como mostram diversas revisões, mapeamentos e análises bibliométricas a esse respeito (VERGARA; CALDAS, 2005). Por outro lado, Vergara e Caldas (2005) evidenciam que o histórico apego ao funcionalismo como fonte praticamente hegemônica de alicerce epistemológico tem ganho focos de resistência. Observa-se a presença de novas epistemologias entre pesquisadores da área de administração, apesar, ainda, de sua baixa representatividade (PERRET; SEVILLE, 2003).

Outra vertente analítica deste artigo, a abordagem do ciclo de políticas (*policy cycle approach*) foi formulada pelo sociólogo inglês Stephen Ball e por colaboradores (BOWE; BALL; GOLD, 1992; BALL, 1994) e vem sendo utilizada em diferentes países e contextos como um referencial para analisar a trajetória de políticas públicas sociais (CORBITT, 1997; VIDOVICH; O'DONOGHUE, 1999; RODRIGUES; MOREIRA, 2017). Esta tipologia vê a política como um ciclo deliberativo, formado por várias fases e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado (SOUZA, 2006). Segundo Frey (2009), o ciclo político possui tradicionais divisões que pouco se diferenciam. Pode-se subdividi-lo nos seguintes estágios: percepção e definição de problemas, definição de agenda, elaboração de programas e decisão,

implementação e, finalmente, avaliação e eventual correção da ação (SOUZA, 2006; FREY, 2009).

Apresentado as bases teórico-epistemológicas deste artigo, necessário evidenciar que este enfoque a respeito do PAA é bastante útil no contexto acadêmico brasileiro, uma vez que a agenda de pesquisa em políticas para a agricultura familiar é relativamente nova, está em construção, em fase ainda incipiente (GRISA; SCHNEIDER, 2014; SCHNEIDER; CRUZ; MATTE, 2016) e ainda não consolidada em termos de referenciais analíticos consistentes, e que, de resto, sofre as indefinições resultados da crise paradigmática que afeta as ciências sociais e humanas na contemporaneidade. Além disso, até o presente, poucos autores têm discutido ou buscado delinear referenciais analíticos mais específicos para a pesquisa de políticas públicas sociais (FREY, 2009; SOUZA, 2003).

Assim, este artigo busca contribuir para o debate sobre os fundamentos teórico-epistemológicos das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, buscando investigar o que está sendo tratado nas publicações, na tentativa de compreender, por meio da meta-análise, quais as preocupações mais comuns no meio acadêmico no que se refere ao tema e propor novas agendas de pesquisa.

2 MODELOS TEÓRICO-ANALÍTICOS

2.1 CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para Frey (2009), ao se dividir o agir público em fases do processo político-administrativo de resolução de problemas, o ciclo político revela-se um modelo heurístico importante para análise da vida de uma política pública. A divisão em etapas é importante uma vez que as ênfases, os atores e os processos em cada um são diferentes, tornando-se possível a compreensão das relações estabelecidas (SARAVIA, 2006). A identificação de características e problemas inerentes a cada etapa e as respectivas propostas de soluções têm permitido a elaboração de modelos teóricos que contribuem para a compreensão do desenvolvimento das políticas públicas, auxiliando os gestores públicos nos processos de tomada de decisão (DRUMMOND, 2014).

A fase da **percepção e definição de problemas** se refere ao momento em que um problema é identificado e geralmente ganha relevância política por meio da mídia e de outras formas de comunicação política e social (FREY, 2009). Esta etapa está fortemente relacionada à ação de diferentes grupos de interesse que buscam inserir suas reivindicações nas agendas governamentais, processo denominado definição de agenda.

Para Souza (2006), a **formulação** de políticas públicas se refere a etapa em que os governos transformam seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças na sociedade. Segundo Frey (2009, p. 228), “[...] normalmente precedem ao ato de decisão propriamente dito processos de conflito e de acordo envolvendo pelo menos os atores mais influentes na política e na administração”. Conforme Jann e Wegrich (2007), é durante a fase de formulação que problemas, que propostas e demandas são transformadas em programas de governo.

A etapa da **implementação** se refere à execução de atividades que permitem que ações sejam implementadas com objetivo de cumprir as metas definidas no processo de formulação das políticas (SILVA; MELLO, 2000). Segundo Rua (1997), a fase de implementação de políticas abrange todo o conjunto de decisões e ações que devem ser realizadas pelos atores ou instituições governamentais e por demais grupos ou indivíduos de natureza privada para que a política formulada e seus objetivos sejam alcançados, ou seja, se refere as ações para que determinada política saia do papel.

A última fase do ciclo político é a **avaliação**, entendida como a análise sistemática do processo ou dos resultados de um programa ou de uma política, tornando-se de fundamental importância para o seu aprimoramento (CUNHA, 2006). Segundo Frey (2009), esta fase pode levar à suspensão ou ao fim do ciclo político, ou, caso contrário, à iniciação de um novo ciclo levando a uma aprendizagem política.

2.2 PARADIGMAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Cabe destacar aqui algumas observações acerca o conceito de paradigma. Na vertente teórica da complexidade de Edgar Morin (2002, p. 304), paradigma se refere ao “princípio primeiro de associação, eliminação e seleção que determina as condições de organização das ideias (...) orienta, governa, controla a organização dos raciocínios individuais e dos sistemas de ideias que lhe obedecem”. Esta visão de Morin (2002) difere da noção de paradigma cartesiano de Thomas Kuhn (1997, p. 13), que o considera como sendo “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, oferecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”.

Neste estudo, optou-se pelo conceito de Kuhn (1998) pelas seguintes razões: i) a noção de paradigma de Kuhn (1998), utilizada por Burrell e Morgan (1979), mostra-se mais adequada para um estudo de natureza funcionalista, como o presente; ii) não constitui objeto deste estudo a complexidade e seus níveis de análise, muito pelo contrário: para a categorização dos artigos

em análise, um conceito de paradigma já consolidado, mostra-se mais indicado; além disso, iii) o próprio Edgar Morin ainda não considera o paradigma da complexidade como algo já definido. Assim sendo, utilizou-se o conceito de Kuhn (1998), segundo o qual o paradigma é um modelo de mundo que compreende o conjunto de teorias que buscam explicar os fenômenos estudados.

Burrell e Morgan (1979) apresentam de forma didática um modelo de categorização dos campos paradigmáticos. Os autores sobrepõem dois eixos: um representando os pressupostos metateóricos a respeito da natureza da ciência, opondo a ciência “objetivista” à ciência “subjetivista”, enquanto o outro simboliza as premissas metateóricas acerca da natureza da sociedade, contrastando uma sociologia da “regulação” a uma sociologia da “mudança radical” (Quadro 1).

Burrell e Morgan (1979) divide os pressupostos metateóricos em ontologia, epistemologia, perspectiva de natureza humana e metodologia. A ontologia se refere aos pressupostos que dizem respeito à verdadeira essência do fenômeno sob investigação. A epistemologia está ligada à ontologia e se refere aos pressupostos das bases do conhecimento. A natureza humana, por sua vez, se refere à relação entre os seres humanos e o seu ambiente. Por fim, a metodologia se refere à maneira como se tenta investigar e obter conhecimento do mundo social.

Quadro 1 – Esquema para analisar afirmações acerca da natureza da ciência social na perspectiva da dimensão objetivo-subjetiva

A dimensão subjetivo-objetiva		
Abordagem subjetiva		Abordagem objetiva
Nominalismo	Ontologia	Realismo
Antepositivismo	Epistemologia	Positivismo
Voluntarismo	Natureza Humana	Determinismo
Ideográfico	Metodologia	Nomotético

Fonte: Adaptado de Burrell e Morgan (1979).

Em relação ao debate ontológico, a posição nominalista acredita que o mundo externo ao indivíduo é construído por ele e a partir dele, não existindo, *a priori*. Já a posição realista apregoa que o mundo externo existe independentemente do indivíduo. A epistemologia, por sua vez, contrapõe positivismo e antipositivismo. O positivismo, concepção dominante nas ciências sociais, se baseia na procura de regularidades e relações causais entre os elementos

constituintes, com uma perspectiva cumulativa do desenvolvimento do conhecimento. O antipositivismo postula que a busca por leis gerais e regularidades subjacentes é inútil e que o mundo somente pode ser entendido do ponto de vista dos indivíduos que estão diretamente envolvidos nas atividades estudadas. Na natureza humana, a visão determinista vê o homem e suas atividades completamente determinadas pelo seu ambiente e pela situação em que se encontra. Por outro lado, a visão voluntarista acredita que o homem é possuidor de livre arbítrio. A metodologia se subdivide em abordagens ideográficas e nomotéticas. A abordagem ideográfica entende o mundo social pela obtenção, em primeira mão, do conhecimento sob investigação. A abordagem nomotética dá ênfase na importância de basear a pesquisa em protocolo sistemático e técnico, no teste de hipóteses dentro dos cânones do rigor científico (BURREL; MORGAN, 1979).

A abordagem objetivista vê o mundo em uma perspectiva realista, tem uma visão determinística da natureza humana e usa o método nomotético. Pesquisas empíricas de cunho objetivista buscam identificar relações entre variáveis, estabelecem hipóteses, testam-nas, utilizam critérios probabilísticos para a definição de amostras, usam instrumentos estruturados para a coleta de dados e técnicas estatísticas para o seu tratamento. Buscam a generalização (VERGARA; CALDAS, 2005).

Já a abordagem subjetivista parte da premissa de que a realidade última no universo repousa no espírito, na ideia. Mais do que na percepção sensorial, as pesquisas empíricas de cunho subjetivista contemplam a visão de mundo dos sujeitos, definem amostras intencionais, selecionadas por tipicidade ou por acessibilidade, obtêm os dados por meio de técnicas pouco estruturadas e os tratam por meio de análise de cunho interpretativo. Os resultados obtidos não são generalizáveis (VERGARA; CALDAS, 2005).

O eixo que representa as premissas metateóricas acerca da natureza da sociedade está vinculado à dicotomia entre sociologia da regulação e sociologia da mudança radical. A sociologia da regulação refere-se aos escritos teóricos que enfatizam unidade e coesão, e está essencialmente interessada na necessidade da regulação dos afazeres humanos. Já a sociologia da mudança radical concentra em descobrir explicações para a mudança radical, para o conflito estrutural, modos de dominação e contradições estruturais da sociedade. Está interessada na emancipação do homem de suas estruturas que limitam e impedem seu potencial de desenvolvimento; e muito mais que o *status quo*, lhe interessa o que é possível ser construído (BURREL; MORGAN, 1979).

O diagrama que ele constrói resulta da sobreposição desses dois eixos (Figura 1). O resultado define o que os autores entendem ser os quatros principais paradigmas que fundamentariam – ou que poderiam fundamentar – a análise organizacional na ciência sociais. Para Burrell e Morgan (1979), o desconhecimento dessa realidade paradigmática inconsciente e indiscutida, bem como a aceitação tácita quase hegemônica do paradigma funcionalista, estariam aprisionando e limitando o desenvolvimento do campo das ciências sociais, e seria sua missão “libertá-lo” e expandir seus limites. Para Caldas (2005), a intenção seria de o campo crescer em reflexividade e riqueza se os distintos paradigmas pudessem se reconhecer e eventualmente dialogar no processo de desenvolvimento científico, para, posteriormente, desvendar caminhos metateóricos poucos explorados e promissores, além do funcionalismo dominante, especialmente os referenciais críticos e interpretativos.

O paradigma funcionalista, dominante nas ciências sociais e nos estudos organizacionais (VERGARA; CALDAS, 2005), se baseia na suposição de que a sociedade tem existência concreta e real, e um caráter sistêmico orientado para produzir um sistema social ordenado e regulado. Tem suas bases na sociologia da regulação e percebe o sujeito principal de um ponto de vista objetivista. Caracteriza-se pelo interesse em dar explicações do *status quo*, da ordem social, da integração social, da solidariedade, e da necessidade de satisfação e atualização (BURRELL; MORGAN, 1949). As suposições ontológicas creem na possibilidade de uma ciência social objetiva e livre de valores, em que o cientista se distancia da cena que analisa por meio do rigor e das técnicas dos métodos científicos. É primordialmente reguladora e prática em sua orientação básica, e está preocupada em entender a sociedade de maneira a gerar conhecimento empírico útil (MORGAN, 2005).

Figura 1 – Paradigmas das Ciências Sociais

Sociologia da Mudança Radical		
Subjetivo	Humanismo Radical Teoria Antiorganizacional ✓ Prisão psíquica	Estruturalismo Radical Teoria organizacional radical: ✓ Instrumento de dominação; fragmentação; catástrofe.
	Interpretativo Hermenêutica, etnometodologia e interacionismo simbólico fenomenológico ✓ Realização e produção de sentido; Jogos de linguagem; Texto	Funcionalista Behaviorismo, determinismo e empiricismo abstrato ✓ Máquina Pluralismo ✓ Sistema político Estrutura de referência da ação ✓ Cultura Teatro Teorias dos sistemas sociais ✓ Organismo, Ecologia populacional, Sistema cibernético, Sistema frouxamente acoplado
Sociologia da Regulação		

Fonte: Adaptado de Burrell e Morgan (1979); Morgan (2005).

Embora identificado com a sociologia da regulação, o paradigma interpretacionista compreende um amplo aspecto de pensamentos filosóficos e sociológicos que compartilham a característica comum de tentar compreender e explicar o mundo social a partir do ponto de vista das pessoas envolvidas nos processos sociais. Busca compreender a experiência subjetiva dos indivíduos. A sociedade é entendida a partir do ponto de vista do participante em ação, em vez do observador. A realidade social, para eles, é um processo emergente, uma extensão da consciência humana e da experiência subjetiva (BURRELL; MORGAN, 1979). Como a abordagem funcionalista, a interpretativa se baseia na suposição e na crença de que há um padrão implícito e uma ordem no sistema social; no entanto, o teórico interpretativo vê a tentativa funcionalista de estabelecer uma ciência social objetiva como um fim inalcançável (MORGAN, 2005).

Tal como o paradigma interpretativista, o paradigma humanista radical enfatiza como a realidade é socialmente construída e sustentada, mas vincula sua análise ao interesse no que

pode ser descrito como patologia da consciência, por meio da qual os seres humanos se tornam aprisionados nos limites de realidade que eles mesmos criam e sustentam. Essa perspectiva é baseada na visão de que o processo de criação da realidade pode ser influenciado por processos sociais e físicos que canalizam, restringem e controlam a mente dos seres humanos de maneira a aliená-los em relação às potencialidades inerentes à sua verdadeira natureza de seres humanos. Estão preocupados em descobrir como as pessoas podem ligar pensamento e ação práxis como um meio de transcender sua alienação (MORGAN, 2005).

Assim como o humanista radical, o paradigma estruturalista radical define a realidade como baseada na visão da sociedade como uma força potencialmente dominante. No entanto, é ligada a uma concepção materialista do mundo social, definido por estruturas sólidas, concretas e ontologicamente reais (MORGAN, 2005). Embora com muitas similaridades com a teoria funcionalista, ela é dirigida para fins diferentes. Percebe a sociedade caracterizada por conflitos fundamentais que provocam mudanças radicais por meio de crises políticas e econômicas. O paradigma está comprometido com mudança radical, emancipação e potencialidade, com especial atenção para os modos de dominação (BURREL; MORGAN, 1949).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De forma a analisar o que tem sido produzido a respeito do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar e seu entrelaçamento com as políticas públicas, realizou-se um estudo de caráter exploratório, pois se pretende familiarizar com o tema, sem a pretensão de descrevê-lo em profundidade e caráter descritivo, ao buscar descrever os fatos e fenômenos da política, além de estabelecer relações. A proposta é, justamente, explorar e detalhar a produção científica que abrange o tema aqui pesquisado. Quanto aos procedimentos de coleta de dados, trata-se de pesquisa bibliográfica, por meio de levantamento de informações previamente elaboradas e publicadas, focando-se em artigos publicados em periódicos científicos nacionais. Selecionou-se apenas aqueles trabalhos que analisaram o Programa de Aquisição de Alimentos no que concerne a uma política pública de compra de alimentos da agricultura familiar. O período de análise estendeu-se de 2003, ano de criação do PAA, a julho de 2017, período de realização da pesquisa nos portais.

Valendo-se dessas características, optou-se pela utilização da revisão sistemática, que se refere ao processo de reunião, avaliação crítica e sintética de resultados de múltiplos estudos. Destaca-se que só foi encontrado o estudo de Silva et al. (2015) que analisou a

produção científica a respeito do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar no Brasil. Silva et al. (2015) analisou o programa a partir da perspectiva de sustentabilidade de políticas públicas para a agricultura familiar, neste sentido, este estudo supera a limitação de ocorrer possível viés, já que há tendência para supervalorizar estudos que estejam de acordo com nossas hipóteses iniciais e ignorar estudos que apontem para outras perspectivas (COSTA; ZOLTOWSKI, 2014). Esta revisão se mostrou mais abrangente em termos do número de estudos coletados e período de análise e mais ambicioso ao trazer categorias, como o ciclo de políticas públicas e base epistemológica, não considerados por Silva et al. (2015).

A operacionalização da revisão sistemática baseia-se na sistematização de um conjunto de dados obtidos a partir da literatura científica pesquisada. Inicia-se com a (i) delimitação da questão a ser pesquisada, escolha das fontes de dados e eleição das palavras-chave para a busca, partindo para o (ii) levantamento e armazenamento das informações descritas no material bibliográfico, seleção dos trabalhos pelo resumo, de acordo com critérios de inclusão e exclusão e finalizando com a (iii) análise, a interpretação e a apresentação dos resultados (COSTA; ZOLTOWSKI, 2014).

O protocolo Prisma orientou a realização desta revisão sistemática. O Prisma é apresentado em 27 itens e um fluxograma de quatro etapas e tem o propósito de contribuir para que autores aprimorem relatos de revisões sistemáticas e meta-análises (GALVÃO; PANSANI; HARRAD, 2015). A sistematização partiu de busca de textos mediante o uso dos descritores “Programa de Aquisição de Alimentos” (variâncias: PAA; Food Acquisition Program; Food Acquisition Programme) e “Compra Institucional” (variâncias: Compras Institucionais; Institucional Market). Dois procedimentos foram aplicados com o propósito de localizar a produção intelectual pretendida: 1) busca preliminar no Portal de Periódicos Capes e nas bibliotecas eletrônicas *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e na *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL) por textos escritos em português, exclusivamente, na área de concentração/avaliação *Administração Pública, Administração, Ciências Contábeis e Turismo*; 2) busca confirmatória no Google Acadêmico. A busca foi realizada em junho de 2017.

Nestes critérios foram localizados inicialmente 88 artigos no Periódicos CAPES, 9 no SPELL e 7 no Scielo. Em seguida, procedeu-se a uma busca no Google Acadêmico com os descritores supracitados e identificou-se 6 artigos que não haviam sido listados na busca anterior. A partir das coletas adveio a aplicação dos critérios de seleção e exclusão o que

contemplou: 1) exclusão de duplicidades; 2) alinhamento do conteúdo do material selecionado com o problema desta revisão; 3) compatibilização do material coletado nas buscas; 4) artigos publicados entre os estratos A1 e B3 na área de Administração Pública, Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Com base em tais critérios, após leitura do resumo dos 109 artigos, foram eliminados 76 artigos por duplicidade, por falta de alinhamento com o problema de pesquisa ou por estarem publicados em revistas fora do estrato delimitado. Então, selecionou-se para a coleta e análise de dados 20 artigos da plataforma CAPES, 9 artigos do portal SPELL e 4 artigos do Google Acadêmico totalizando 33 artigos científicos.

Após o processo de pré-análise, procedeu-se a análise e interpretação dos resultados com base na análise de conteúdo, uma vez que esta técnica permite a utilização de procedimentos sistemáticos e objetivos para a descrição do conteúdo de mensagens (BARDIN, 2010) em suas mais variadas formas de apresentação. Assim, as duas etapas iniciais conduziram ao tratamento dos resultados por meio de técnicas de categorização e quantificação. A investigação teve como elemento norteador as seguintes categorias analíticas: (i) modalidades do Programa, (ii) as etapas do ciclo de políticas públicas; e (iii) base epistemológica. As etapas do ciclo de políticas públicas foram utilizadas como categoria de análise, pois tal modelo tem o potencial de promover o entendimento das políticas em fases sequenciais, o que facilita o processo de análise. A delimitação em etapas é frequentemente utilizada como referência nas investigações para estudos que envolvem a análise de políticas públicas. No que concerne à análise da base epistemológica, foi investigada a relação dos artigos a seu paradigma preponderante segundo os critérios de Burrell e Morgan (1979).

Além das categorias analíticas previamente determinadas, os resumos dos 33 artigos foram submetidos a tratamento no software *Interface de R pour les analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRAMUTEQ), com o propósito de complementar os procedimentos de tratamento dos dados e a análise de conteúdo e traçar um perfil mais geral das publicações. Além disso, a análise auxiliou na identificação da relação entre os temas centrais deste estudo, partindo do princípio de que quanto maior for a frequência de elementos textuais, maior será a sua importância entre dois ou mais elementos, relevando a associação ou dissociação das palavras chave (BARDIN, 2010). O programa organiza as evocações de acordo com a ordem de aparecimento, as frequências e as médias de evocação, proporcionando conhecer os elementos estruturais das representações sociais.

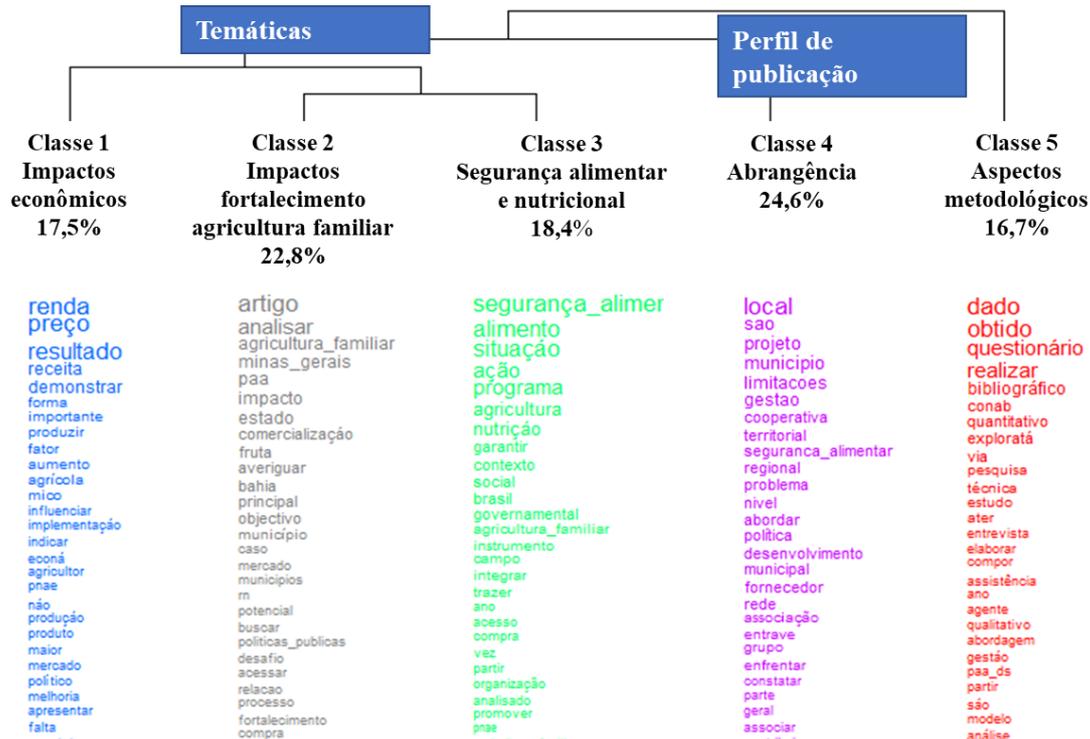
A análise lexical por meio do IRAMUTEQ supera a dicotomia entre dados quantitativos e informações qualitativas uma vez que permite empregar cálculos estatísticos

em textos tomando como base frequências de vocábulos e, por vezes, tratando a relação de posição de cada palavra no texto (LAHLOU, 2012).

Seguindo orientações do tutorial do IRAMUTEQ (CAMARGO; JUSTO, 2013), o corpus foi constituído pela reunião dos textos transcritos dos 33 artigos, gerando um único documento para processamento. O processamento gerou 5.207 ocorrências de palavras, apresentadas em 1.146 formas distintas. Foi então empregado o critério de ponto de corte, para a inclusão no dendograma, o dobro da frequência média, neste caso, $n=6$. Tal procedimento é sugerido por Camargo e Justo (2013) e tem o propósito de ilustrar as relações entre as classes. O processamento do *corpus* deu origem a 152 segmentos de texto (ST). Tais segmentos correspondem aos cortes que o software realizou durante o processamento, retendo 75% do total de textos para elucidação das classes. Tal percentual de retenção configura corpus representativo, considerando que o aproveitamento deve ser de, no mínimo, 75% dos STs (CAMARGO; JUSTO, 2013). Constatada a retenção em percentual satisfatório, a análise prosseguiu para a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que tem como propósito obter classes de ST que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente dos segmentos das outras classes (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Foram identificados, inicialmente, três grandes eixos temáticos: Eixo 1 (Classe 5); Eixo 2 (Classe 4); Eixo 3 (Classes 1, 2 e 3). Desses três grandes eixos temáticos emergem cinco classes lexicais caracterizadas pelo vocabulário e por segmentos de textos que compartilham o mesmo vocabulário. As classes que emergiram do *corpus* do texto representam os principais temas abordados nos artigos selecionados. Na Figura 2, visualiza-se o dendograma que denota as cinco classes advindas das partições de conteúdo. Após a análise de cada classe e do conjunto de palavras que as compuseram, elas foram assim denominadas: Classe 1 – Impactos econômicos; Classe 2 – Impactos no fortalecimento da agricultura familiar; Classe 3 – Segurança alimentar e nutricional; Classe 4 - Abrangência; Classe 5 – Aspectos metodológicos.

Figura 2 – Dendograma representativo das repartições em classes, percentagem e das palavras que se destacaram nos estudos sobre o PAA



Fonte: Elaboração própria, 2018.

A utilização do software permitiu elencar outras categorias de análise importantes como categoria analítica para esta revisão: (iv) perfil de publicação (Classe 4 e 5); (v) temática (Classe 1; 2; 3). Com relação ao perfil de publicação, buscou-se analisar os principais campos de pesquisa, os aspectos metodológicos e abrangência dos estudos. Na categoria temática da publicação, atentou-se em identificar quais os principais temas discutidos nos textos.

4 RESULTADOS E INTERPRETAÇÕES

Esta seção está estruturada de acordo com as categorias estabelecidas nos procedimentos metodológicos: perfil da publicação, temática, etapas do ciclo de políticas públicas e base epistemológica.

Por meio da Tabela 1 podemos observar que as áreas de extensão rural e administração, pertencentes às grandes áreas Agrárias e Ciências Sociais Aplicadas, respectivamente, são predominantes. Este resultado condiz com as especificidades do Programa, uma vez que o foco do Programa de Aquisição de Alimentos, enquanto política pública, é a agricultura familiar, unindo campos de estudo diversos. Denota-se que a construção de conhecimento

acerca do Programa de Aquisição de Alimentos tem escopo plural e multidisciplinar dada a vasta gama de áreas do conhecimento encontrados.

Apesar de se observar a presença de diferentes campos de pesquisa, apreende-se deste achado a necessidade de estimular o diálogo e promover maior interação tanto entre pesquisadores de diferentes disciplinas, como entre distintos grupos de pesquisa que têm se dedicado a pesquisar temas como políticas públicas, agricultura familiar, alimentação, produção de alimentos e sistema agroalimentar de um modo geral. Conforme assevera Schneider, Cruz e Matte (2016), o foco em estudos e pesquisas de base multidisciplinar podem contribuir par análises mais complexas e abrangentes acerca da política pública PAA.

Tal como ocorre com o campo da análise das políticas públicas (LASSWELL, 1948), por decorrer de múltiplos e diversificados contextos políticos, econômicos e sociais, os estudos acerca do PAA, cujas abordagens são eminentemente multidisciplinares, devem transcender os contributos individuais das diferentes áreas de estudos identificadas.

Tabela 1 – Área de conhecimento

Área	Frequência	Percentual
Extensão Rural	10	30%
Administração	8	21%
Economia	4	12%
Nutrição	3	9%
Biodiversidade e Agroecossistemas	2	6%
Engenharia de Produção	2	6%
Geografia	2	6%
Outras áreas*	3	9%
Total	33	100%

*Representam as áreas que obtiveram frequência única de participação na distribuição de artigos analisados.

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Os aspectos metodológicos, evidenciada na Classe 5 da análise do IRAMUTEQ, indicou que os dados foram obtidos, principalmente, por meio da aplicação de questionários e levantamento bibliográfico, caracterizando-os, predominantemente, em pesquisas de cunho qualitativo. Para Creswell (2013), a análise qualitativa é um modelo de desdobramento que ocorre em um cenário natural que permite ao pesquisador desenvolver um nível de detalhe de alto envolvimento nas experiências reais. Assim, a predominância dessa abordagem

metodológica evidência uma tentativa de exploração dos fenômenos estudados em maior profundidade.

Ao analisar a abrangência das pesquisas (Classe 4), percebeu-se que os estudos focalizaram suas atenções em nível local, isto é, nas municipalidades. O segundo maior foco das pesquisas foi em âmbito estadual (Tabela 2). Foi perceptível que as discussões giravam em torno das determinações federais (tanto em termos de política, programas e projetos), mas o espaço de análise era subnacional. Portanto, reforça-se o caráter prático da temática que relaciona a ação do governo (por meio da promoção do PAA) e os impactos na população-alvo de tais intervenções. Por isso, o local e município aparecem com destaque nesta categoria, indicando que os estudos focalizaram suas atenções em nível local, isto é, municipalidades. Sublinha-se que as frequências apresentadas a partir deste ponto não se referem ao número de artigos, mas à quantidade de vezes que o assunto foi identificado nos artigos. Portanto, um mesmo artigo, por exemplo, pode ter analisado o PAA em âmbito municipal e também territorial ou analisado mais de uma modalidade do Programa. Constatou-se a inexistência de artigos que discutam as relações intergovernamentais nas 3 esferas de governo. Sendo que justamente nesse tipo de política, há necessidade de articulação de diferentes atores em diferentes esferas, afinal estamos em um federalismo, administrativo e político, o que implica que o Programa necessita fundamentalmente de uma forte coordenação federativa e interministerial.

Tabela 2 – Âmbito de realização dos estudos

Artigos		
Âmbito	Frequência	Percentual
Municipal	14	41%
Estadual	11	32%
Nacional	5	15%
Regional/Territorial	4	12%
Total	34	100%

Fonte: Elaboração própria (2018).

Há concentração de publicações na modalidade Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea (59%), conforme ilustra a Tabela 3. Essa tem sido a principal modalidade executada (SAMBUICHI et al., 2019). Segundo Viegas et al. (2017), o êxito desta modalidade em relação às demais se deve ao seu desenho e às suas características, ao possibilitar a comercialização de produtos característicos da agricultura familiar, como hortaliças, frutas,

doces, biscoitos caseiros, dentre outros. Para Reis (2015), essa modalidade possui maior facilidade de acesso por parte das cooperativas e associações, uma vez que o sistema de entregas e prestação de contas é feito pelas próprias organizações, havendo uma relação direta entre os que produzem e os que consomem. Por isso, essa modalidade tem recebido historicamente maior aporte de recursos e, por consequência, possui maior evidência e abrangência territorial, despertando interesses acadêmicos. Este achado é um indicativo de que a abrangência da atuação do Programa influencia na produção científica a respeito do PAA.

Há escassez (e, portanto, demanda) de estudos acerca das demais modalidades do PAA, em especial Compra Institucional e PAA Leite. A falta de interesse de análise pelo PAA Leite, modalidade executada exclusivamente nas regiões Nordeste e Norte de Minas Gerais, pode estar relacionada à concentração de publicação nos centros de pesquisa da região Sudeste e Sul, relegando à região Nordeste, e às políticas públicas implementadas especificamente nesta região, papel secundário no processo de análise de políticas públicas e construção de conhecimento no “campo de públicas”. Já a escassez de estudos sobre a Compra Institucional está relacionada à sua recente criação, em 2012. Entretanto, a exigência de que todos os órgãos da União que recebam recursos para compra de alimentos devam aplicar, no mínimo, 30% para compra da agricultura familiar (desde 2016), determinado pelo Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015, aumenta expressivamente a importância desta modalidade para o desenvolvimento local e tende a impulsionar as publicações sobre ela.

Tabela 3 – Modalidades investigadas pelos estudos

Modalidade	Artigo	
	Frequência	Porcentagem
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	20	59%
Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF)	6	18%
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	6	18%
Compra Institucional	1	3%
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite	1	3%
Total	34	100%

Fonte: Elaboração própria (2018).

O Eixo 3 está relacionado às *temáticas principais* dos estudos acerca do PAA: impactos econômicos (Classe 1), impacto no fortalecimento da agricultura familiar (Classe 2) e segurança alimentar e nutricional (Classe 3). A classe 1, cujos vocábulos selecionados por frequência foram: renda, preço, resultado e receita, demonstra que significativa proporção dos

artigos publicados tem como foco de análise os impactos econômicos do Programa. Este impacto está relacionado a diferentes segmentos: renda, preços, no crescimento do PIB per capita, no associativismo/cooperativismo, entre outros. Notou-se que as análises do impacto do Programa se concentraram no seu principal beneficiário, ou seja, os agricultores familiares e suas organizações.

Na classe 2 identificou-se estudos que buscavam analisar o impacto do PAA no fortalecimento da agricultura familiar nas localidades onde era implementado (em âmbito estadual e municipal). Esta temática envolveu a análise do impacto na comercialização e criação de novos mercados, foco de atuação principal da política.

A análise do impacto está relacionada à efetividade, os estudos classificados nesta temática buscam analisar se o Programa tem efeitos positivos no ambiente externo em que interveio em termos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais. Este resultado indica que os artigos têm utilizado constructos pertencentes a área de análise de políticas públicas. Os focos de análise estão relacionados, principalmente, a avaliação demonstrando que poucos são os estudos que analisam o PAA sob outra fase do ciclo de políticas públicas ou utilizam-se de outras lentes teóricas. Apesar de observa-se mudanças nas bases teóricas nos estudos das políticas públicas para a agricultura familiar e desenvolvimento rural (GRISA, 2012; SCHNEIDER, 2010; FAVARETO, 2007), os focos de grande parte dos estudos sobre as políticas públicas de desenvolvimento rural, como o PAA, continuam sendo a avaliação dos efeitos do Programa (GRISA, 2012; GRISA; SCHNEIDER, 2014).

A classe 3 é composta por artigos que tratam da importância do PAA na garantia da segurança alimentar e nutricional. Estes artigos analisam a situação nutricional tanto dos agricultores familiares beneficiários, quanto das famílias beneficiadas pelos produtos do Programa.

As etapas do **ciclo de políticas públicas** foram abordadas na pesquisa como forma de verificar sob qual(is) etapas(s) predominam os estudos analisados (Tabela 4). Como resultados da análise, percebeu-se maior concentração de trabalhos com caráter avaliativo, corroborando os resultados encontrados na análise das temáticas, indicando que os artigos publicados a respeito do Programa de Aquisição de Alimentos têm se caracterizado por avaliações do Programa. Dos artigos com foco avaliação, a maioria tinha como território de abrangência os entes subnacionais, indicando a lacuna de avaliações do Programa em âmbito nacional. Apesar do PAA ter sido implantado em 2003, estes estudos avaliativos foram publicados entre 2009 e 2016, indicando que o interesse de avaliação do PAA é recente. Até então, os trabalhos de

avaliação do PAA constituíam-se de estudos vinculados a instituições governamentais que avaliavam os sucessos e insucessos do Programa (MÜLLER, 2007). Os estudos que se propunham a analisar a implementação do PAA apresentaram a segunda maior frequência, indicando que a escassez de estudos nesta fase tem sido superada. Apesar de sua importância, ainda é escassa a literatura que trata da agenda e formulação do Programa.

Apesar da predominância de estudos de avaliação do PAA, o Programa ainda carece de indicadores para monitorar os seus impactos e de estudos de abrangência nacional para avaliá-lo em seus múltiplos aspectos. A ausência de indicadores é resultado da complexidade do Programa, das grandes dimensões do país e das dificuldades de se obter dados quantitativos que possam ser utilizados para esse fim (KAMINSKI et al., 2018).

Tabela 4 – Âmbito de realização dos estudos

Etapas do ciclo de políticas públicas	Artigos	
	Frequência	Percentual
Avaliação	22	67%
Implementação	8	24%
Ciclo de Políticas Públicas*	2	6%
Elaboração	1	3%
Total	33	100%

*Estudos que se propõe a analisar mais de uma etapa.

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Com relação à **base epistemológica**, os trabalhos foram classificados segundo o paradigma predominante, de acordo com Burrell e Morgan (1979). Observou-se a predominância da abordagem funcionalista – marcado pelo objetivismo e por uma sociologia focada na regulação – apresentada em 18 artigos. A abordagem interpretativa foi encontrada em 14 artigos, enquanto apenas 1 artigo foi classificado como humanismo radical. Este resultado está relacionado às áreas de publicações dos trabalhos, pois grande parte dos estudos (33%) tinham como base as áreas de administração e economia, campos predominantemente com caráter instrumental, pragmático e funcionalista. Isto demonstra que pesquisas acerca do PAA, a qual vem crescendo dentro da ciência da Administração, não fogem do caráter pragmático presente nesta ciência, frequentemente orientada a detectar problemas, a propor possíveis soluções e voltada a explicações, essencialmente racionais, a respeito do assunto pesquisado (BURRELL; MORGAN, 1979). Vergara e Caldas (2005) destacam que as abordagens interpretativista, estruturalista radical e humanista racional são tendências

presentes na área de Ciências Humanas, porém não dominantes na área de Administração, dado o caráter predominantemente instrumental deste campo científico.

Para Morgan (2005), a diversidade de paradigmas dentro de uma ciência é tida como uma riqueza de análise, pois, a partir dessas diversas abordagens, uma questão pesquisada pode ser estudada por meio de diferentes pontos de vista, aprimorando ainda mais as informações obtidas daquela realidade. Dos oito artigos publicados na área de Administração, sete foram enquadrados como funcionalistas. Isto se torna um desafio para a Administração e, especialmente, para o campo da Administração Pública, pois, ainda se percebe que o paradigma predominante nesta área, o modelo da *New Public Management*, segue uma lógica predominantemente funcionalista. Para Vergara e Caldas (2005) esse desafio é ainda maior, haja vista que a predominância do funcionalismo como fundação epistemológica na pesquisa e na educação de docentes tem produzido no Brasil uma geração de pesquisadores e educadores com acesso restrito a outros paradigmas sociais, assim como menor incentivo e receptividade para aprofundar-se em descobri-los, caso a eles tivessem algum acesso.

É esperado que existam menos estudos estruturalistas e humanistas, uma vez que estes tipos de estudo são os que questionam os padrões estabelecidos, tanto no nível dos conceitos, quanto dos métodos e técnicas empregados. Ainda assim, seria salutar que se tivesse encontrado algum estudo nestes enfoques, pois indicaria a existência de uma dinâmica maior no processo de construção epistemológica no campo da análise de políticas públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que os estudos acerca do Programa de Aquisição de Alimentos se configuram como um campo plural e multidisciplinar dada a vasta gama de áreas do conhecimento encontradas. Entretanto, com relação a temática, observou-se que o foco da maioria dos artigos concentrava-se em avaliar o Programa, indicando limitada diversificação teórica. Estes estudos buscam avaliar os resultados e os possíveis impactos do Programa em pequenas áreas geográficas, utilizando metodologias qualitativas e analisam o PAA sob o ponto de vista de uma política setorial específica, ou, quando situam o Programa no seu contexto intersetorial, abordam separadamente determinados temas e problemas específicos relacionados ao Programa, tais como o impacto sobre a renda dos beneficiários, a gestão e a execução, a formação de mercados para agricultura familiar, a segurança alimentar e nutricional, entre outros.

É nítida a escassez de estudos acerca das modalidades Compra Institucional, PAA Leite e Aquisição de Sementes, indicando lacuna empírica a ser preenchida por estudos futuros, explicada, possivelmente, pelo fato de envolverem menores volumes financeiros, terem alcances mais limitados e beneficiarem menor quantitativo de agricultores familiares. Tal dedução advém da constatação da concentração de publicações na modalidade Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea. Entretanto, esta modalidade tem apresentado reduzido orçamento de execução, indicando que a implementação da política tem mudado de foco e tende a impulsionar a execução da modalidade Compra Institucional, devido ao seu potencial de cobertura e à garantia de recursos, levando a um maior interesse por parte dos pesquisadores e dos avaliadores burocratas, o que pode se configurar em uma tendência no escopo de publicações que abordem o PAA.

A análise do constructo teórico do ciclo de políticas públicas indicou que os artigos têm concentrado seu foco de análise na avaliação do Programa. Denota-se a escassez de trabalhos que analisem as etapas de inserção na agenda e elaboração da política. Apesar dos trabalhos da área de administração terem sido enquadrados majoritariamente no paradigma funcionalista, observou-se a tendência de crescimento do paradigma interpretativo no escopo de análise de políticas públicas, mesmo que os trabalhos sob esta abordagem tenham se concentrado em áreas que tradicionalmente privilegiam a análise intersubjetiva.

Algumas tendências percebidas foram: pesquisas que entendem o Programa de Aquisição de Alimentos como um mercado construído pelos agricultores familiares por meio das relações e práticas sociais de interpelação com outros atores e pesquisas que analisem as políticas públicas sob o enfoque das etapas finais do ciclo político. Esta constatação evidencia que a teoria das redes sociais e do ciclo de políticas públicas se constituem em temáticas de fronteira para análise de políticas públicas, em especial o Programa de Aquisição de Alimentos.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, constatou-se o emprego de pesquisas teórico-empíricas com enfoques predominantemente qualitativos. Não foram encontradas publicações com estratégia ampliada de análise, com base em meta-análise de desempenhos do PAA, ou, de outro modo, com inserção de pesquisadores na realidade estudada. Não houve registro, portanto, nem de estudo fundamentado em recursos econométricos e nem de pesquisa-ação, etnografia ou fenomenologia. Assim, a análise procedida indica haver espaço tanto para pesquisas com enfoque econométrico e estatístico

quanto para pesquisas com natureza qualitativa, de compreensão dos fenômenos de execução e avaliação do PAA a partir de vivências de executores da política e de beneficiários.

A análise empreendida também indica novas perspectivas de pesquisa de revisão da literatura, principalmente delineamentos que considerem os assuntos abordados mais relevantes discutidos e pesquisado no Brasil, em termos de Políticas Públicas, relacionados ao Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar. À medida que as evidências empíricas se acumularem, é recomendável que revisões sistemáticas e meta-análises venham a ser conduzidas no futuro. Tais revisões poderão identificar e aprofundar em outras temáticas abordadas em estudos sobre o PAA.

REFERÊNCIAS

BALL, S. J. **Educational reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann, 1979.

CALDAS, M. P. Paradigmas em estudos organizacionais: uma introdução à série. **RAE. Revista de Administração de Empresas**, v. 45, p. 53-58, 2005.

CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. (org.) **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**. (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil) – São Paulo: Atlas, 2007.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ**. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

CAMPOS, A. DE; BIANCHINI, V. Agricultura Familiar passa a ser prioridade de Estado. Em: DEL GROSSI, M. E.; KROEFF, D. R. (Eds.). **PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos**. Brasília: MDS, 2014. p. 280.

CARVALHO, D. G. DE. Licitações Sustentáveis, Alimentação Escolar e Desenvolvimento Regional: Uma Discussão Sobre O Poder de Compra Governamental a Favor da

Sustentabilidade. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 1, n. 32, 19 Ago. 2009.

CARVALHO, S. N. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 17, p. 185-197, 2003.

CORBITT, B. Implementing policy for homeless kids in schools: reassessing the micro and macro levels in the policy debate in Australia. **Journal of Education Policy**, London, v. 12, n. 3, p. 165-176, 1997.

COSTA, A. B.; ZOLTOWSKI, A. P. C. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. O.; HOHENDORFF, J. V. (Orgs.), **Manual de Produção Científica** (pp. 55-70), Porto Alegre: Penso, 2014.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 37, p. 969-992, 2003.

CUNHA, C. G. S. **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Secretaria de Coordenação e Planejamento/RS, 2006.

CRESWELL, J. W. **Research Design - Qualitative, Quantitative, and mixed Approaches**. 4. ed. London: Sage Publications, 2013.

DELGADO, A. B.; TRIANA, D. R. R.; SAYAGO, D. A. V. A perspectiva relacional das redes sociais no contexto das políticas públicas participativas. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, 2013.

DIAS, T. F. et al. O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 3, p. 100–129, 2013.

DRUMOND, A. M. **Análise do Programa Lares Habitação Popular do estado de Minas Gerais a partir da perspectiva do policy cycle**. 2014. 170f. Dissertação (Mestrado em Administração), Departamento de Administração e Contabilidade, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2014.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu-Fapesp, 2007.

FREITAS, A. F. **Dinâmicas locais de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar**: uma abordagem relacional. 2017, 222F. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, 2009.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012, 280f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, 2012.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. Sulp. 1, p. 125–146, 2014.

JANN, W.; WEGRICH, K. Theories of the policy cycle. In: FISCHER, f.; MILLER, G. J.; SIDNEY, M. S. (eds.). **Handbook of public policy analysis: Theory, politics and methods**, p. 43-62. Boca Raton: CRC Press, 2007.

KAMINSKI, R. DA S. et al. Desafios metodológicos para a avaliação de programas governamentais: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 18, 2018.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

LAHLOU, S. Text mining methods : an answer to Chartier and Meunier. **Papers on Social Representation**, v. 20, n. 38, p. 1–7, 2012.

LASSWELL, H. D. **The Analysis of Political Behavior: An Empirical Approach**. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1948.

MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 58-71, 2005.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2005.

MORIN, E. **O método V**. A humanidade da humanidade. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MÜLLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos.** 2007. 132f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

MÜLLER, A. L.; SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. A construção de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 20, p. 139, 2012.

PERRET, V.; SEVILLE, M. Fondements épistémologiques de la recherche. In: THIETART, R. A. et al (Org). **Méthodes de rechercheemmanagement.** Paris: Dunod, 2003, p. 13-33.

RODRIGUES, L. P.; MOREIRA, V. Habitação e políticas públicas: o que se tem pesquisado a respeito. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 8, n. 2, p. 167-180, 2015.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos. Programa de Apoio a Gerência Social no Brasil.** Brasília: BID, 1997.

SARAVIA, E. **Introdução à teoria da política pública.** In: Políticas públicas: coletânea. SARAVIA, E.; ELISABETE, F. (Orgs.). – Brasília: ENAP, 2006. 2 v. p. 21- 42.

SCHIMITT, C. J.; GUIMARÃES, L. A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. **Agriculturas**, v. 5, n. 2, 2008.

SCHNEIDER, S.; CRUZ, F. T. DA; MATTE, A. Estratégias alimentares e de abastecimento: desafios e oportunidades para as cidades e para o meio rural. Em: CRUZ, F. T. DA; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (Eds.). . **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: Desafios e novas estratégias.** 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 324.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.30, n.3, p.511-531, jul./set. 2010.

SCHNEIDER, S.; CRUZ, F. T.; MATTE, A. Estratégias alimentares e de abastecimento: desafios e oportunidades para as cidades e para o meio rural. In: CRUZ, F. T.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: Desafios e novas estratégias.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, Série Estudos Rurais, 2016.

SILVA, E.; JOHANN, J. A.; BASSO, D.; NASCIMENTO, D. Produção científica sobre políticas públicas para a agricultura familiar: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração, 2015, Foz do Iguaçu. **Anais...**, 2015.

Brazilian Journal of Development

SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. **Caderno NEPP/UNICAMP**, Campinas, n. 48, p. 1-16, 2000.

SOUZA, C. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 15-20, fev. 2003.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

VERGARA, S. C.; CALDAS, M. P. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. **RAE-revista de administração de empresas**, v. 45, n. 4, p. 66-72, 2005.

VIDOVICH, L.; O'DONOGHUE, T. Global-local dynamics of curriculum policy development: a case-study from Singapore. **The Curriculum Journal**, London, v. 14, n. 3, p. 351-370, 2003.

VIEGAS, G. L. et al. **Compêndio de Estudos Conab - Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: resultados das ações da Conab em 2016**. Brasília: CONAB, 2017.

